

**Educação sexual e neoconservadorismo: uma análise a partir da BNCC<sup>1</sup>**

**Sexual education and neoconservatism: an analysis from the BNCC**

Patrícia Elizabeth Jesus de Sousa<sup>2</sup>  
Maria Izabel Machado<sup>3</sup>

**Resumo:**

O presente artigo tem por objetivo investigar a influência neoconservadora na exclusão da temática de gênero e sexualidade da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Utilizando uma abordagem qualitativa e a metodologia de análise de conteúdo, este estudo busca compreender os movimentos e articulações político-culturais que disseminaram a chamada ideologia de gênero em detrimento do direito à educação de jovens e crianças. Para isso, são explorados os conceitos de neoconservadorismo, neoliberalismo, gênero e currículo, a fim de refletir sobre o retrocesso representado pela BNCC em relação a essas questões. Os resultados revelam um projeto de enfraquecimento do pensamento crítico e emancipatório na educação, promovido por grupos interessados na manutenção das desigualdades sociais, e na supressão de debates sobre gênero e sexualidade, essenciais para o progresso democrático por meio de políticas públicas inclusivas.

**Palavras-chaves:** neoconservadorismo; neoliberalismo; gênero; sexualidade; educação sexual; BNCC.

**Abstract:**

The present article aims to investigate the neoconservative influence on the exclusion of gender and sexuality issues from the National Common Curricular Base (BNCC). Employing a qualitative approach and content analysis methodology, this study seeks to comprehend the political-cultural movements and articulations that have disseminated the so-called gender ideology, undermining the right to education for youth and children. To achieve this, the concepts of neoconservatism, neoliberalism, gender, and curriculum are explored, aiming to reflect on the regression represented by the BNCC concerning these matters. The results unveil a project aimed at weakening critical and emancipatory thinking in education, promoted by groups interested in maintaining social inequalities and suppressing debates on gender and sexuality, which are essential for democratic progress through inclusive public policies.

**Keywords:** neoconservatism; neoliberalism; gender; sexuality; sexual education; BNCC.

---

<sup>1</sup> A pesquisa em questão está vinculada ao projeto de pesquisa intitulado: Tecnologias de si na formação em pedagogia: uma cartografia dos sujeitos, Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás – UFG/ Faculdade de Educação, Graduação em Pedagogia, parecer 3.165.86, sob coordenação da Professora Doutora: Maria Izabel Machado.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, e-mail: patricia\_elizabeth21@discente.ufg.br.

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia. Professora da Faculdade de Educação, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: mariaizabelmachado@ufg.br

## **Introdução**

O problema investigado nesta pesquisa detém-se sobre a compreensão das estratégias utilizadas por segmentos neoconservadores para restringir os debates sobre educação sexual nas escolas, por meio de ações legislativas, judiciais e midiáticas. Para essa análise, o documento central foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promulgada em 2017 e obrigatória por lei, conforme previsto na Constituição de 1988, nas Leis de Diretrizes e Bases e no Plano Nacional de Educação.

Tomaz Tadeu da Silva (2010) argumenta que a produção do currículo envolve uma ampla gama de interações culturais, sociais, intelectuais e procedimentais, entre outros aspectos. Ele ressalta que o currículo não é passivo nem neutro, mas sim um elemento ativo na formação dos indivíduos, capaz de influenciar tanto a emancipação quanto a dominação. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de grande importância na educação, pois orienta a elaboração dos currículos na educação básica, sendo crucial na organização da produção pedagógica das escolas

Explorar os impactos do neoliberalismo e neoconservadorismo nos permite compreender o obscurecimento de temas importantes nas escolas e a manutenção do *status quo*. Tais grupos ideológicos buscam recentralizar o currículo escolar em temas que promovam a individualidade e a suposta neutralidade, ao mesmo tempo em que negam os avanços conquistados pelos direitos humanos e pela diversidade. No entanto, é importante ressaltar que conforme destaca Paulo Freire (2002, p. 57) a educação não pode ser neutra; toda neutralidade é uma escolha ideológica. Nesse sentido, para que a educação fosse verdadeiramente neutra, seria essencial que não houvesse discordância alguma entre os indivíduos em relação aos seus estilos de vida e convicções. Assim, “[...] Para que a educação não fosse uma forma política de intervenção no mundo era indispensável que o mundo em que ela se desse não fosse humano”. Neste contexto, importante enfatizar, a escola desempenha um papel fundamental na formação da identidade dos indivíduos desde a infância, e a intervenção dos neoconservadores nesses debates pode moldar a forma como os sujeitos percebem e interagem com o mundo ao longo de suas vidas, perpetuando desigualdades e silenciamentos.

Portanto, a análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se faz necessária para entender por que as questões de gênero e sexualidade não apenas não foram abordadas no documento, mas quaisquer tentativas de garantir o direito a esse tipo de formação foi judicializada por grupos neoconservadores a partir da implementação de leis municipais e

estaduais no qual se proibia os debates sobre gênero e sexualidade na educação, como se pode apreender ao examinar o movimento Escola sem Partido. Criado por Miguel Nagib (Advogado, Procurador do Estado de São Paulo aposentado, ex-assessor de Ministro no STF (1994-2002 em 2004, programa Escola Sem Partido visa combater a suposta doutrinação política e ideológica nas salas de aula. Seus defensores argumentam que essa prática desrespeita o princípio de neutralidade política e ideológica do Estado, podendo representar uma ameaça ao regime democrático. Segundo seus proponentes, como Nagib, alguns professores estariam utilizando o sistema educacional para promover seus próprios princípios e valores considerados de tendência “esquerdista”. Importante destacar que a investigação não esgotou todas as análises necessárias para compreender completamente o cenário atual, mas proporcionou uma compreensão do panorama geral desse entrelaçamento.

A análise dos dados produzidos ao longo desta pesquisa foi fundamentada no arcabouço teórico constituído por diversos autores, como Mariana Bessa Lacerda (2019), David Harvey (2008), Guacira Lopes Louro (1997), Michel Apple (2002), Teresa de Lauretis (2019), entre outros. Esses trabalhos abordam questões relacionadas a gênero, sexualidade e educação sexual, além de contemplar as influências do neoliberalismo e neoconservadorismo nesses debates, especialmente no contexto educacional.

Essas leituras possibilitaram a compreensão do entrelaçamento entre neoconservadorismo e neoliberalismo na exclusão dos debates sobre gênero, sexualidade e educação sexual da BNCC e dos currículos da educação básica. Observou-se que as reações anti-gênero que surgiram recentemente têm como objetivo estabelecer uma racionalidade política voltada para a regulação da moralidade sexual, sem considerar os aspectos negativos que essa abordagem pode ter na construção das identidades de crianças e adolescentes.

## **1. Percurso metodológico**

Segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2007, p.21), a metodologia é o caminho do pensamento aplicado na realidade da investigação. Neste estudo, foi adotada a abordagem qualitativa, amplamente reconhecida no campo educacional por sua capacidade de aprofundamento nos significados, ações e sentidos que permeiam as relações humanas. Esta abordagem reconhece os fenômenos sociais como parte da realidade vivida e compartilhada entre indivíduos, considerando não apenas os comportamentos, mas também as formas de pensar e interpretar essa realidade.

Minayo (2007) descreve a pesquisa qualitativa como um trabalho artesanal baseado em hipóteses, conceitos, métodos e técnicas, moldado de forma única por cada pesquisador através de sua criatividade. Nesse processo, a coleta de informações ocorre por meio da observação e descrição dos aspectos mais relevantes, focando-se na realidade dos dados levantados. Ao contrário das pesquisas quantitativas, não há ênfase na quantificação dos resultados nessa abordagem. As informações obtidas a partir do levantamento em documentos oficiais educacionais e Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental serviram como base para análise de significados e posicionamentos relacionados à pergunta/problema em apreciação

Privilegiamos a produção de dados utilizando a técnica de análise de conteúdo, fundamentada por Laurence Bardin (2011), amplamente utilizada em pesquisas nas ciências humanas. Conforme Bardin (2011), a análise de conteúdo visa examinar o que é dito ou não dito no contexto investigado, realizando uma análise semântica dos dados para construir e apresentar as concepções sobre o objeto de pesquisa. Essa análise permite ao pesquisador compreender características, similaridades e oposições entre diversos aspectos dos dados, de acordo com os objetivos da pesquisa.

A técnica envolve três fases distintas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na pré-análise, são realizadas leituras dos materiais e organização em quatro etapas: leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação de objetivos e hipóteses, e formulação de indicadores. Na etapa de exploração do material, ocorre a codificação e categorização do material, por meio de uma descrição analítica dos documentos estudados e dos dados coletados. A partir dessa fase, foram determinados os conceitos fundamentais desta pesquisa: neoconservadorismo, neoliberalismo, gênero e sexualidade. Por fim, na última etapa, o tratamento dos resultados envolve a interpretação dos dados coletados por meio de inferência, analisando os dados em conjunto com o suporte teórico da pesquisa.

O presente artigo tem como pergunta de pesquisa compreender o seguinte ponto: Como os neoconservadores têm convergido seus ideais em prol do cerceamento dos debates sobre as questões de gêneros e sexualidade na educação, seja por intermédio de ações, projetos legislativos ou judiciais? Por este motivo o documento que permeia o debate aqui disposto será a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promulgada em 2017, bem como as leis estaduais e municipais homologadas por este grupo durante o período de 2015 a 2022. Nesse sentido, adota-se como recorte temporal para análise, o período de 2015 a 2022, durante a fase final do

Governo da presidenta Dilma Rousseff (2015 a 2016), do presidente Michel Temer (2018 a 2019) e presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 a 2022).

Inicialmente, realizamos o levantamento em sites jornalísticos e pareceres jurídicos sobre a fase final de homologação da Base Nacional Comum Curricular (versão final de 2017), com objetivo de verificar quais os argumentos e estratégias utilizadas pelos atores envolvidos na aprovação da BNCC, no qual as questões de gênero, sexualidade e educação sexual foram excluídas em sua versão final. Ao compreender o contexto histórico da construção da BNCC, foi realizado o levantamento no documento homologado dos termos "gênero", "sexualidade" e "educação sexual" em todas as etapas da educação básica. Esse levantamento objetivou compreender como esses temas foram abordados no documento e as intenções subjacentes à sua estruturação.

Por fim, considerando que a BNCC é composta por uma parte comum e outra diversificada, conforme orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei nº 9.394/1996), especificamente no artigo 26, que estabelece a divisão do currículo na educação básica entre uma parcela definida pela Base e outras determinadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Observamos a partir da análise dos julgados do Supremo Tribunal Federal via ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - que, além de removerem as temáticas da BNCC, vários entes federativos brasileiros promulgaram leis que proíbem o tratamento das questões de gênero e sexualidade nos currículos municipais e estaduais da educação básica, sendo que várias dessas leis ainda estão em vigor.

**QUADRO 1** - Documentos Oficiais.

<b>Documentos</b>	<b>Ano</b>
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	1996
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação básica	2013
Base Nacional Comum Curricular	2017

**Fonte:** Autoria própria, 2024.

## **2. Gênero, Sexualidade e Educação Sexual**

Da concepção ao nascimento, intensificando-se ao longo da vida, as trajetórias dos indivíduos são marcadas pela delimitação de identidades de gênero e sexuais fixadas binariamente. A identificação anatômica da genitália estabelece cores permitidas e proibidas, brinquedos e brincadeiras acessíveis e interditados. Esse binarismo de gênero, divide as pessoas

em duas categorias, homens e mulheres, dentro de um sistema de sexo/gênero. Conforme definido por Gayle Rubin (1975, p. 3), este sistema “é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”. Assim, o sistema sexo/gênero é uma estrutura social que categoriza as pessoas com base em suas características biológicas (sexo) e atribui significados sociais e culturais a essas categorias (gênero).

Teresa de Lauretis (2019, p. 212) destaca gênero como uma construção sociocultural e semiótica que atribui significado, identidade e valor aos indivíduos na sociedade. A família, juntamente com comunidade e sociedade, influencia o comportamento e as ações das pessoas de acordo com o sexo/gênero atribuído, reforçando historicamente a divisão da sociedade em dois polos. Isso se manifesta através de comportamentos, sentimentos, crenças, desejos e valores que ditam como cada gênero deve se comportar socialmente

Nesta lógica, Louro (1997) expressa que são estabelecidas normas de pertencimento, reiteradas por diversos meios de reprodução, tais como: programas televisivos, redes sociais, livros, brincadeiras infantis, entre outros, com objetivo de produzir efeitos de naturalização dessa divisão binária. A divisão binária de gênero separa as pessoas em polos categorizados, gerando espaços marcados por crescentes desigualdades. Dentro dessas categorizações, não há apenas a divisão entre homens e mulheres, mas uma intersecção de fatores que se entrelaçam na formação das relações de poder. Isso ocorre porque a designação (sexo) é acompanhada por uma construção (gênero).

Gênero é um componente fundamental das interações sociais, originado das distinções percebidas entre os sexos. É uma forma primária de significar as relações de poder. Louro (1997, p. 28) argumenta que nas relações sociais somos influenciados por vários elementos, como discursos, símbolos, representações e práticas sociais, que moldam o que é considerado masculino ou feminino. Ao sermos representados, ou nós representamos, como homem ou como mulher, automaticamente somos localizados nos atributos e características determinados socialmente a homens ou mulheres. Esse processo é instável e não é definitivo, pois é influenciado por contextos históricos, classe social, etnia, raça e localização geográfica, entre outros fatores, que determinam a formação do gênero.

Nesse sentido, a sexualidade é frequentemente vista pela sociedade como uma expressão biológica determinada pelo código genético de cada indivíduo, ligada ao seu aparelho reprodutor. Muitos consideram isso como algo natural, separado da influência cultural e social. É percebida como uma força que surge do corpo humano, que a sociedade deve reconhecer e

respeitar, mas também conter, reprimir, patologizar e marginalizar quando se desvia do que é biologicamente aceitável.

A compreensão da sexualidade vai além da reprodução e das ações relacionadas aos órgãos genitais, incluindo elementos como sexo, prazer, afetividade, carinho, toque, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, entre outros. Segundo Louro (1997), a vivência da sexualidade está ligada ao corpo e à forma como a relação entre corpo, cultura e relações sociais é construída em determinado contexto histórico. A sexualidade é um produto histórico influenciado pelas interações sociais e pelas relações de poder, sendo moldada pelo posicionamento dos sujeitos nessas relações. Não é algo inato e natural, mas sim uma construção social que pode ser influenciada pela religião, legislação e cultura.

Nesse sentido, a educação sexual desempenha um papel fundamental na desconstrução de paradigmas relacionados à concepção de gênero e sexualidade, permitindo que crianças e adolescentes compreendam as dimensões sociais e culturais envolvidas na sua construção. A abordagem dessas questões em sala de aula abre caminho para uma compreensão integral das diversas facetas da experiência humana, incluindo aspectos emocionais, sociais, culturais e éticos. Louro (1997) destaca a importância de pensar a educação sexual para além dos aspectos biológicos, permitindo que os sujeitos construam percepções sobre os aspectos de poder presentes nas relações sociais, o que contribui para a desconstrução da realidade baseada na dualidade binária. Esse processo de desconstrução revela a diversidade de sujeitos e identidades na sociedade, mostrando que não existe apenas a dicotomia homem e mulher, mas sim uma variedade de identidades e formas de ser construídas por cada indivíduo.

Ao abordar a Educação Sexual, é crucial reconhecer as lutas e interesses ideológicos envolvidos, profundamente ligados a questões de classe, política e raça, refletindo uma complexa sobreposição de fatores que determinam sua importância no contexto educacional. No campo da educação, há um controle e vigilância voltados fortemente para políticas curriculares e práticas metodológicas, especialmente em relação a questões de gênero e sexualidade. Esses temas muitas vezes são tratados de forma fragmentada nas disciplinas, contribuindo para a perpetuação de estereótipos de gênero e desigualdades sociais. É essencial refletir sobre o papel histórico da escola na hierarquização e categorização das pessoas, criando dicotomias entre homens e mulheres, assim como entre aqueles considerados superiores ou inferiores e capazes ou incapazes.

O currículo tem um importante papel neste sentido, pois ele nunca é realizado de forma neutra e descontextualizada. Para Michael W. Apple (2002), a estrutura curricular é resultado

de uma tradição seletiva, organizada a partir da visão de determinado grupo sobre o que se considera como conhecimento relevante e legítimo. Assim, o currículo é “[...] produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo” (Apple, 2022, p. 59). As práticas curriculares, guiadas pela Base Nacional Comum Curricular e outros documentos oficiais, moldam as disposições, atitudes e comportamentos das crianças e jovens, conforme considerado adequado para meninos e meninas em determinado contexto social. Existe um controle social sobre como esses indivíduos devem se comportar. O corpo é ponto de partida para o exercício desse controle e poder, e as relações de gênero são produzidas a partir dele. A escola e o currículo praticado têm um papel fundamental na produção e reprodução das ideias sociais que permeiam essas relações de gênero.

### **3. A coalizão Neoliberalismo e Neoconservadorismo: retrocessos no campo da educação sexual**

Quando pensamos no conservadorismo é possível concluir que tal posição visa conservar determinado status social de possíveis ameaças. Os estudos realizados por Marina Bessa Lacerda (2019) indicam que este movimento ideológico busca a conservação de um certo modo de funcionamento social, objetivando manter uma lógica de dominação de um pequeno grupo sobre os outros. O conservadorismo é uma resistência a um contexto específico. Ele emerge como resultado a intensos conflitos sociais e culturais na busca de restabelecer a ordem vigente.

A pesquisadora mencionada aponta que o movimento neoconservador teve origem nos Estados Unidos na década de 70, como resposta às reformas do modelo keynesiano de governo, que enfatizava a intervenção estatal na economia para corrigir falhas e promover o bem-estar social. Estes grupos têm por foco o desmantelamento do estado de bem estar social deste modelo de governança. No cerne deste movimento, estão as prerrogativas privatistas, anti libertárias, neoliberais e conservadoras.

Segundo David Harvey (2008, p. 94), essa coalizão entre interesses divergentes se formou na década de 70. Isso envolveu os grandes empresários, que buscavam recuperar seu poder de classe perdido nas reformulações industriais, políticas e sociais, e uma parcela da classe trabalhadora branca que temia a perda de tradições sociais seletivas. A convergência desses elementos impulsionou a implementação de políticas centradas no nacionalismo cultural, na moralidade rígida e em uma interpretação específica do cristianismo evangélico, além da

defesa da família nuclear baseada na heteronormatividade. Essa combinação de neoconservadorismo e neoliberalismo é comumente referida como a Nova Direita.

Christian Dardot e Pierre Laval (2019) sinalizam que o neoliberalismo é uma forma de racionalidade política dominante. É uma lógica da imposição do capital na economia, sociedade e no Estado, desdobrando-se em formas subjetivas e em normas de existência. Assim sendo, esta racionalidade, se exterioriza numa série de práticas, discursos e modos de comportamento que objetivam orientar os indivíduos em suas relações consigo e com os outros, tendo como base fundamentadora a ideia de concorrência, no qual os indivíduos estão submergidos constantemente. Por outro lado, o neoconservadorismo é formado a partir de contextos de intenso conflitos sociais e ideológicos, tendo como objetivo combater forças sociais que apresentam perigo às instituições vigentes.

Os neoconservadores partilham com os neoliberais o diagnóstico de que o culpado pela crise é o Estado, mas o fazem com o argumento de que sua interferência na economia e na promoção de políticas sociais desestimulam o trabalho e reduz a produtividade, produzindo a retirada do lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços, supostamente naturais. Por este motivo, eles buscam a instalação do pânico moral, como medida de resistência e controle das transformações sociais, atuando na conservação do *status quo*, isto é, na preservação da sociedade heteronormativa que havia se desvirtuado com excesso de liberdade e direitos adquiridos pelas pessoas nas últimas décadas (Harvey, 2008). Eles defendem a manutenção das instituições sociais tradicionais, sendo contra o aborto, o casamento homoafetivo e famílias não tradicionais, promovendo a moralidade pública e valores familiares. A coalizão entre neoconservadorismo e neoliberalismo injeta forças aos ataques contra a chamada justiça social

No campo educacional, grupos contrários ao tratamento das questões de gênero e sexualidade atacam a chamada "ideologia de gênero", visando proteger as crianças da corrupção moral e religiosa. Para Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017), a "ideologia de gênero" é vista como uma ferramenta de dominação ideológica e preservação dos valores cristãos consolidados. Segundo eles, a discussão em torno da "ideologia de gênero" foi impulsionada pela contraofensiva política e discursiva da Igreja Católica em 1997, em resposta aos avanços feministas e nos direitos sexuais e reprodutivos. A Igreja Católica latino-americana, sob o pretexto de defender a família tradicional, combate a "ideologia de gênero" como uma forma de impedir o avanço desses debates. Por meio de ações políticas, jurídicas e midiáticas,

discursos são disseminados na sociedade alertando sobre os supostos perigos sociais dessa ideologia

Miskolci e Maximiliano definem aqueles que combatem a "ideologia de gênero" como empreendedores morais atuantes em espaços de discurso. Estes incluem membros religiosos da Igreja Católica, especialmente neopentecostais, seus fiéis, e indivíduos que apoiam esses discursos. Os autores observam que esses empreendedores morais não formam uma coalizão coesa, mas sua relação é oportunista e baseada no combate à "ideologia de gênero", criando espaços político-morais compartilhados por católicos, neopentecostais e outros grupos conservadores. Seus interesses comuns incluem a supressão dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+<sup>4</sup>.

#### **4. BNCC: análise preliminar**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi apresentada à sociedade em três versões entre 2015 e 2017. A versão final foi homologada durante a gestão do ministro da educação José Mendonça Filho, que era filiado ao partido político Democratas (DEM) e apoiava o Movimento Escola Sem Partido, caracterizado como neoliberal. A homologação ocorreu em um momento de instabilidade política devido ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, primeira mulher a ocupar o cargo no Brasil. Esse período foi marcado por mudanças políticas e avanços significativos em políticas neoliberais e neoconservadoras, que já estavam presentes desde os anos 90, mas foram intensificadas com o impeachment de Dilma Rousseff.

A última versão da BNCC foi elaborada durante esse período turbulento. Após oito meses de análises pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), foi aprovada com vinte votos a favor e três contra. Os votos contrários foram das Aurina de Oliveira Santana, Malvina Tania Tuttman e Márcia Ângela da Silva Águia, que alegaram pressa e falta de transparência no processo de votação, indicando uma influência significativa do Ministério da Educação (MEC) para sua aprovação, sugerindo um trâmite verticalizado.

A opção de construção da BNCC adotou uma metodologia verticalizada, a qual foi denominada de participativa. [...] Não é incomum a adoção de medidas imediatistas, desvinculadas de um planejamento pautado em marcos de referência e nos diagnósticos, como é o caso da BNCC, que desde o seu início privilegia um conjunto de conteúdos e objetivos sem o fundamental suporte de uma referência que deixe claro o projeto de nação e educação desejadas. Usuários desse modelo acreditam que cartilhas, guias como "receitas", a serem reproduzidos nas escolas, serão "remédio"

---

<sup>4</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual e não binárias. O sinal de + significa as identidades de gênero e orientações sexuais que possam existir além dessas

infalível para os “males” da educação. Surgem, então, propostas que desconsideram o grande potencial de nossas comunidades educacionais e escolares. (Santana; Tuttman; Águia, 2017, p. 5-6)

Desde sua homologação, a BNCC tem sido alvo de críticas intensas devido à sua visão fragmentada do desenvolvimento humano. Ela nega debates sobre gênero, sexualidade, direitos sociais e regionalidades, enquanto enfatiza o ensino religioso e antecipa o prazo para conclusão do processo de alfabetização. Isso ignora as particularidades de aprendizagem de cada aluno.

A BNCC tem base constitucional e é fundamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB/2013). Ela busca orientar-se pelos princípios éticos, políticos e estéticos que promovem a formação humana integral e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Seu objetivo é servir como referência para a formação dos currículos educacionais, alinhando políticas educacionais, ações pedagógicas e infraestrutura adequada para o desenvolvimento da educação em nível nacional. As Diretrizes enfatizam a inclusão de temas como gênero, sexualidade, saúde, família, direitos das crianças e adolescentes, e diversidade cultural em toda a base. No entanto, durante o processo de elaboração e homologação da BNCC, esses temas foram excluídos, assim como menções ao respeito à orientação sexual dos colegas por parte dos estudantes.

Em 13 de abril de 2017, a ONU, por meio de seus Relatores Especiais, enviou uma carta à diplomacia brasileira, representada pela embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo. Nessa carta, referente às resoluções 26/17, 25/2 e 31/16 do Conselho de Direitos Humanos, a ONU denunciou os impactos do movimento "Escola Sem Partido" no Brasil, assim como as mudanças na BNCC influenciadas por movimentos conservadores. A ONU denunciou que em março de 2017, ocorreu uma reunião entre executivos da Secretaria do Ministério da Educação e grupos religiosos, na qual foi acordado que a "ideologia de gênero" não seria incluída nos currículos escolares. Isso resultou na exclusão de temas relacionados a direitos sociais e questões de gênero, alinhando-se às propostas conservadoras do movimento Escola sem Partido, com o objetivo de combater a "ideologia de gênero".

O Brasil foi questionado por ser signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Comitê dos Direitos da Criança, sendo esperado que elabore estratégias para combater qualquer forma de discriminação. Portanto, a escola deve garantir a liberdade individual e promover espaços educativos que incentivem uma análise crítica da realidade, visando eliminar preconceitos, estereótipos de gênero e desigualdades sociais. O silenciamento de tais questões por parte de um documento tão relevante contribui para a perpetuação de

atitudes preconceituosas, obscurece a discussão e contribui para a disseminação de desinformação que alimenta estigmas e estereótipos.

De acordo, com Luis Felipe Miguel (2016, p. 595), o movimento Escola Sem Partido ganhou relevância no cenário nacional, quando as demandas desse grupo aglutinaram a sua pauta a luta contra a “ideologia de gênero”, pois até um certo período a luta deste grupo era contra a “doutrinação marxista”. O receio em torno das discussões de gênero cresceu quando ações governamentais passaram a encapsular programas contra a homofobia e sexismos nas escolas. Miguel ressalta que ao fundir estas pautas ao seu ideário, o movimento transferiu a discussão para um campo aparentemente moral, em contraposição ao campo político, e passou a enquadrá-los no contexto de disputas entre escola e autoridade da família sobre as crianças.

O movimento Escola Sem Partido, segundo seus apoiadores, visa combater a "ideologia de gênero" e promover uma agenda conservadora na educação brasileira. Fundado por Miguel Nagib em 2004, tem bases políticas ideológicas articuladas por políticos de extrema-direita. Ganhou destaque em 2014 com o projeto de lei PL 7180/2014, apresentado por Erivelton Santana, que busca uma educação "apartidária" e "livre de doutrinação". Essas propostas retiraram do sistema educacional a função de promover a formação humana voltada para práticas democráticas e respeito às diferenças. Este movimento propõe que a educação moral e ética seja de responsabilidade exclusiva das famílias, defendendo que a escola se limite a transmitir conteúdos e aprendizagem, evitando temas sensíveis como política, sexualidade e gênero. Visto como uma das principais iniciativas neoconservadoras no Brasil, é promovido por políticos de extrema-direita e alinhado com o neoliberalismo. Os simpatizantes desse movimento têm influenciado políticas educacionais, ao buscarem resgatar valores tradicionais, patriotismo e valores cristãos na educação.

A Nova Direita defende a mínima intervenção do Estado, mas não a ausência de controle, e implementa reformas educacionais para atender às exigências do mercado, visando criar capital humano e alimentar a concorrência generalizada. Isso resulta na mercantilização da educação, na qual a qualidade do ensino é associada à capacidade de compra, privilegiando as elites. Essas políticas não visam a inclusão e permanência de crianças e jovens nos processos educacionais enquanto um direito, mas criam condições educacionais para aumentar a competitividade e disciplinar a população na perspectiva da mercantilização da educação e da vida.

Sob a alegação de resgatar valores tradicionais como certa noção de família, se adensa no plano das subjetividades o programa neoliberal de responsabilização individual e

enfraquecimento democrático: se a família é a célula *mater* da sociedade, cabe a ela, não ao Estado ou ao mercado, cuidar dos seus. Esse ideário anuncia e exige indivíduos autogerenciáveis e independentes, sem que em contrapartida Estado e mercado arquem com o ônus social de produzir força de trabalho produtiva e reprodutiva.

Os neoliberais se utilizam do argumento que o Estado é um mau gestor e, por esse motivo, deve se produzir novos arranjos político e econômicos. De acordo com Dardot e Laval (2019, p. 34), o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até a mais íntima das subjetividades. É uma forma de governamentalidade cujo objetivo é conduzir a conduta dos homens de modo a pensá-los como empresas, isto é, capital humano, como empreendedores de si mesmo em busca de crescimento e conquistas econômicas. Abre-se precedente para uma série de medidas com o objetivo de privatização das diversas esferas sociais, em especial a educação.

Nesta perspectiva, no campo educacional, são implementadas ações para produzir sua mercantilização, retirando do Estado a responsabilidade e entregando nas mãos da iniciativa privada. Por consequência, a qualidade do ensino é vinculada à concepção de mercadoria que está disponível em vários níveis a depender do poder aquisitivo dos pais e, isso, permite com que a elite blinde os melhores postos de trabalho para si, visto que, se o sucesso pessoal é meritocrático, aqueles que têm maior poder aquisitivo, conseqüentemente, terá um melhor acesso à educação.

A educação mercantilizada cria uma exigência mercadológica que só as elites têm condições socioeconômicas necessárias para adquirir. Apple destaca (2002, p. 81) que o foco deste grupo não está com a preocupação de inclusão dos indivíduos marginalizados no processo educacional, mas sim, se empenha em estabelecer condições educacionais para aumentar a competitividade internacional, de lucro e disciplina, em vistas, também, a resgatar valores romantizados do passado de lar, família e escola tidas como ideias para organização social

## **5. Como aparecem as palavras gênero e sexualidade na BNCC?**

Na pesquisa buscamos realizar o levantamento dos termos "gênero" e "sexualidade" na BNCC. Essa busca revelou que, em todas as etapas da educação básica, o termo "gênero" refere-se a gênero textual, literário ou musical. Além disso, a análise identificou a menção da palavra "gênero" 320 vezes ao longo das 600 páginas do documento, abrangendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

**QUADRO 2:** Busca pela palavra Gênero e Sexualidade na BNCC – versão 2017

<b>EDUCAÇÃO INFANTIL (E.I.)</b>		
	Como é encontrado	Páginas
Os campos das experiências	Gêneros literários	42
Objetivos de aprendizagem	Gêneros textuais	50
Transição para o Ensino Fundamental	Gêneros textuais	55
	<i>O termo sexualidade não foi encontrado na BNCC E.I.</i>	
<b>ENSINO FUNDAMENTAL (E.F.)</b>		
Áreas	Como é encontrado	Páginas
Linguagens	Gênero textual, literário, musical, escrito, digital.	67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 87, 89, 93, 95, 96, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 127, 128, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 171, 175, 176, 177, 179, 181, 182, 183, 187, 191, 203, 209, 243, 244, 263
Ciências	Mecanismos reprodutivos Sexualidade	327, 348, 349
<b>ENSINO MÉDIO (E.M.)</b>		
Áreas	Como é encontrado	Páginas
Linguagens e suas tecnologias	Gêneros textuais, artístico, do discurso	487, 494, 498, 499, 502, 503, 504, 506, 507, 509, 510, 511, 512, 515, 516, 517, 518, 519, 522, 524, 525, 526
Ciências da Natureza	Gêneros textuais	551
<i>O termo sexualidade não foi encontrado na BNCC E.M.</i>		

**Fonte:** Elaboração própria, 2024

Na análise do quadro 2, percebe-se que na etapa da Educação Infantil há pouca menção ao termo "gênero", e o termo "sexualidade" não é mencionado. As referências ao termo "gênero" estão relacionadas principalmente às disciplinas de Língua Portuguesa, Artes e Língua Inglesa, abordando aspectos textuais e gramaticais, sem explorar a ideia de gênero como construção social debatida nos estudos de gênero.

Lacerda (2019, p. 71,72-73) destaca que a tentativa do Governo Federal, na época da gestão do Partido dos trabalhadores (PT), via sistema de ensino de incluir as questões da igualdade de gênero e do respeito às diferentes orientações sexuais, por intermédio do Programa Brasil sem Homofobia em 2004, ocasionaram na câmara Legislativa intensas reações e acendeu

alertas sobre a supostas interferências indevida de tais ensinamentos às crianças. A invocação à denominada “ideologia de gênero” passou a ser usual nos pronunciamentos no Plenário Nacional de forma recorrente por bancadas evangélicas, direitistas, católicas. O combate a esta “ideologia” ganha força com a tônica de defesa da família tradicional; defesa da vida (contra o aborto); defesa dos papéis tradicionais de homens e mulheres; combate a identidades de gênero e as orientações sexuais e defesa de valores religiosos cristão.

A BNCC não escapou da influência do Legislativo conservador que tem se fortalecido no Brasil ao longo dos anos. Todas as versões da BNCC sofreram várias alterações até sua homologação. As mudanças que retiraram os conteúdos controversos abordados nesta análise ocorreram pouco antes da sua aprovação em 2017. Uma versão apresentada à imprensa em 4 de abril de 2017 continha menções aos termos "orientação sexual" e "gênero". No entanto, em 6 de abril de 2017, uma nova versão foi apresentada sem esses termos, sob a alegação do Ministério da Educação (MEC), em entrevista à Agência Brasil em 7 de abril de 2017, de que o documento foi revisado devido à complexidade do assunto.

Miguel, aponta os perigos decorrentes desta exclusão, a saber:

Ao vetar do vocabulário escolar os termos “gênero” e “orientação sexual”, o projeto impede que vastos setores do conhecimento produzido na sociologia e na psicologia cheguem ao ensino. A meta é evitar qualquer questionamento da percepção naturalizada dos papéis sexuais. Com isso, fica impedido o combate a formas recorrentes de violência ocasionada por gênero, dentro e fora da instituição escolar, culminando no feminicídio e no assassinato de gays, lésbicas e travestis. A defesa da instituição familiar, a “base da sociedade”, é um objetivo que parece compensar tais problemas – que ficam completamente invisibilizados. (2016, p. 607).

Diante das controvérsias em torno da exclusão da temática "gênero" da BNCC, o Conselho Nacional de Educação emitiu uma minuta de parecer e projeto de resolução. Nessa minuta, o CNE reconhece a necessidade de aprofundar os debates sobre o tema em resposta às demandas sociais. Declarou que posteriormente poderiam ser emitidas orientações para o tratamento dessa questão, levando em consideração as diretrizes curriculares nacionais vigentes. (Brasil, 2017, p. 30). Entretanto, após este parecer não houve mobilizações concretas que trouxessem materialidade ao debate desta temática no contexto educacional.

No que tange a questão da sexualidade, identificamos apenas três menções no documento conforme destacamos no quadro 3, especificamente na etapa do Ensino Fundamental anos finais, relacionado a mecanismos reprodutivos. A abordagem é centrada nos aspectos biológicos, com foco nos órgãos genitais e aspectos reprodutivos, é enfatizado a importância do cuidado com o corpo e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

**QUADRO 3:** A referência do termo sexualidade para ensino de ciências, 8º do Ensino Fundamental, anos finais.

<b>Unidade Temática:</b> Vida e evolução
<b>Objetos do Conhecimento:</b> Mecanismos reprodutivos Sexualidade
<b>Habilidades:</b> (EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.  (EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.  (EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).  (EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS <sup>5</sup> ), e discutir estratégias e métodos de prevenção.  (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).

**Fonte:** Elaboração própria, 2024

A BNCC contradiz as orientações anteriores da DCNEB (2013), que preconizava o tratamento transversal das questões de gênero e sexualidade em todas as disciplinas, visando integrar esses temas à vida do estudante. A BNCC não reflete essa orientação, pois os conteúdos destacam principalmente aspectos funcionais do corpo, como métodos contraceptivos e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), em detrimento das dimensões socioculturais, afetivas e éticas da sexualidade humana. Não há espaço para o desenvolvimento das múltiplas identidades e as questões de identidades de gênero e sexualidade não são abordadas de forma objetiva.

Outro ponto essencial para discussão é como a base mantém em sua organização termos em desuso, tais como aids e DST. A terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) passou a ser adotada via decreto nº 8.901/2016 em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), pois a denominação “D”, de ‘DST’, vem de doença, que implica em sintomas e sinais visíveis no organismo do indivíduo. Já o termo “I” indica infecção,

<sup>5</sup> O termo aids foi mantido em maiúsculo para preservar as informações extraídas da BNCC. No entanto, é importante enfatizar que o termo deve ser grafado em minúsculo, pois conforme os estudos acadêmicos atuais escrever o termo em maiúsculo está atrelado ao pânico moral e social, associado à infecção por HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana).

que pode ser assintomática, como no caso da sífilis, herpes genital, condiloma acuminado, por exemplo, ou pode permanecer assintomática ao longo da vida da pessoa, como é o caso do HIV. No que tange à palavra *aids*, grafada em letras maiúsculas, observamos outro modo equivocado de se referir ao termo com o objetivo de estabelecer pânico morais em relação ao termo, uma vez que é a abreviação da sigla em inglês e deve ser grafada em letras minúsculas. Segundo Stanley Cohen (1972), em sua obra "Demônios do Além e Pânicos Morais", o pânico moral é um fenômeno social no qual determinado grupo ou comportamento é considerado um perigo à ordem social vigente. Assim, as ameaças são estigmatizadas por meio de estratégias narrativas, resultando em um medo generalizado, ocasionando respostas desproporcionais da sociedade. Neste contexto, o pânico moral é instaurado quando as mídias e autoridades propagam discursos sobre os perigos desses "Demônios", acionando coletivamente a sensação de ameaça contínua. Portanto, manter os termos de maneira errônea contribui para manutenção do medo social em reação a discussões que promovam a inclusão da questão no campo educacional.

É importante reconhecer a relevância de abordar os aspectos funcionais do corpo e seus impactos na vida dos alunos. No entanto, a forma como essa abordagem é realizada na BNCC sugere um controle exercido pelos grupos responsáveis por sua elaboração. A agenda neoliberal e neoconservadora por trás da BNCC visa formar indivíduos alinhados com suas ideologias, evidenciando um viés ideológico na construção do documento.

O projeto da Nova Direita de remover questões de gênero e sexualidade da BNCC tem como objetivo manter inalteradas as condições que produzem desigualdades sociais. Isso é evidente ao considerar dados sobre violência doméstica, violência contra a comunidade LGBTQIAPN+, divisão sexual do trabalho e outros fatores interseccionais. Essa estratégia visa promover a conformidade com os princípios heteronormativos, a fim de criar uma sociedade que não reconheça as desigualdades ao seu redor e não promova a justiça social. A BNCC reflete diversas intenções determinadas por interesses políticos, religiosos e mercadológicos. Em vez de promover o pensamento crítico e emancipatório, ela reproduz caminhos estreitos e excludentes. A base visa a formação tecnicista dos alunos por competências e habilidades, preparando-os para se tornarem acríticos e adaptáveis às demandas do mercado de trabalho.

## **6. A judicialização dos debates de gênero**

As questões de gênero e sexualidade têm sido alvo de ataques e retiradas da BNCC e práticas curriculares, levando à judicialização desses debates. Leis estaduais e municipais foram

promulgadas para proibir esses debates nas escolas em diversos entes federativos brasileiros, as bases normativas constam dispostas quadro 04. Conforme a LDB, o currículo deve ser orientado pela BNCC no que tange aos conteúdos mínimos, enquanto deve ser constituído por uma parte diversificada que será determinada pelas unidades federativas e municípios. Em nossa análise, foi possível levantar que as políticas neoconservadoras elaboraram leis proibicionistas sobre gênero e sexualidade em vários estados e municípios brasileiros.

Os neoconservadores não se limitaram a criar leis contra a Educação Sexual nas escolas; também passaram a recorrer ao sistema judicial para contestar os direitos individuais conquistados por grupos considerados "desviantes". Um exemplo é a oposição a decisões judiciais que aplicam a interpretação extensiva da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), para proteger mulheres transexuais. Eles também contestam decisões como a equiparação das uniões estáveis homoafetivas às heteroafetivas para todos os fins, conforme determinado no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade número 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental número 137.

Os grupos conservadores argumentam contra as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que essas medidas contradizem a previsão constitucional que protege a família tradicional, destacando o Art. 226 da Constituição, que reconhece a união estável entre homem e mulher como entidade familiar. Para esses grupos, a família fora dos padrões heteronormativos é inaceitável. O Poder Judiciário tem sido um campo de batalha importante na defesa dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ e dos debates sobre gênero e sexualidade na educação, apesar da oposição conservadora.

No que tange a investigação pretendida devido ao grande número de leis e projetos localizados, buscamos investigar oito leis que proíbem o ensino sobre gênero e sexualidade nas escolas, conforme apresentado no quadro 4. O Supremo Tribunal Federal, ao analisar a constitucionalidade dessas leis por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), examinou a violação dos direitos fundamentais. A ADPF é uma ação de controle concentrado de constitucionalidade prevista na lei 9.882/1990 e nos artigos 102 e 103 da Constituição de 1988, que atribuem ao Supremo Tribunal Federal a função de guardar a constituição. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) tem como objetivo evitar e eliminar do ordenamento jurídico qualquer ato do poder público que viole os preceitos fundamentais de dignidade humana. A ADPF serve para prevenir lesões e reparar violações aos preceitos fundamentais.

Um relatório da Human Rights Watch identificou 217 projetos e leis aprovadas no Brasil entre 2014 e 2020, destinados a proibir ou criminalizar a educação sobre gênero e sexualidade nas escolas. Destes, 47 foram aprovados e 20 estão em vigor, com 41 projetos em tramitação, sendo 11 destes no STF, sob responsabilidade do Ministro André Mendonça desde 2021. A pesquisa focou nas leis analisadas pelo STF, declaradas inconstitucionais em 2020.

**QUADRO 4 - Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)**

<b>Data do julgado</b>	<b>Lei/ Ação</b>	<b>Tipo de Lei</b>	<b>Município/Estado</b>	<b>Objetivo da Lei</b>
27 de abril de 2020	1.516/2015 ADPF 457	Municipal	Novo Gama, Goiás	Proibição divulgação de material sobre gênero nas escolas municipais
11 de maio de 2020	6.496/2015 ADPF 526	Municipal	Foz do Iguaçu, Paraná	Vedação de “políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’
9 de maio de 2020	3.491/2015 ADPF 467	Municipal	Ipatinga, Minas Geras	Exclusão da lei municipal dos temas sobre diversidade de gênero e orientação sexual
29 de junho de 2020	6.496/2015 ADPF 460	Municipal	Cascavel, Paraná	Vedação de “políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’”
24 de agosto de 2020	Lei Orgânica N°55/2018 ADPF 600	Municipal	Londrina, Paraná	Vedação o ensino sobre gênero, bem como a utilização do conceito nas escolas
24 de agosto de 2020	2.243/2016 ADPF 465	Municipal	Palmas, Tocantins	Vedação o ensino sobre gênero e orientação sexual
24 de agosto de 2020	2.243/2016 ADPF 461	Municipal	Paranaguá, Paraná	Vedação o ensino sobre gênero e orientação sexual
24 de agosto de 2022	0994/19	Estadual	Goiás	Proibição da Ideologia de Gênero nas escolas

**Fonte:** Adaptado de Human Rights Watch “Tenho medo, esse era o objetivo deles” 2024

Em 2020, o STF declarou, por unanimidade, a inconstitucionalidade formal e material de sete leis em diferentes unidades federativas que proibiam materiais didáticos, ensino e debates sobre diversidade de gênero e sexualidade nas escolas. Os ministros fundamentam suas decisões ao destacar que leis estaduais e municipais não podem estabelecer normas de censura não previstas na Constituição Federal. Argumentou-se que as leis que proibiam conteúdos relacionados a gênero, sexualidade e diversidade nas escolas invadiram a competência da União, responsável por regular normas gerais de ensino. Além disso, foram consideradas violações dos direitos à igualdade, à laicidade do Estado, à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, e ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Até o momento, da que objetivamos analisar na pesquisa, o projeto de lei do Estado de Goiás não foi julgado pelo STF.

O STF rejeita a noção de "ideologia de gênero", destacando que gêneros não têm ideologia e a expressão busca associar negativamente o termo "ideologia" a "gênero". O tribunal discute a liberdade de debater sobre gênero na escola, ao enfatizar que os estudos de gênero visam desnaturalizar o feminino e masculino, combatendo a discriminação e desigualdades. O STF ressalta a importância de combater ações conservadoras que violam os direitos fundamentais, como a inviolabilidade da intimidade e a proibição de discriminação.

Lacerda (2019) destaca que as organizações conservadoras concentram esforços na oposição à "ideologia de gênero", defendendo a família tradicional e rejeitando arranjos que permitam relações entre pessoas do mesmo sexo ou questionem a divisão de papéis sexuais. Neoconservadores e apoiadores do movimento Escola Sem Partido trabalham para eliminar programas governamentais sobre gênero, sexualidade e orientação sexual, ao buscar reduzir a intervenção do Estado na família.

Nesse ínterim, a investigação das oito leis revela uma tentativa evidente de criminalizar o debate sobre gênero e sexualidade na educação. Os debates de gênero são inerentes a todos os aspectos sociais, e os alunos trazem consigo suas identidades formadas por influências sociais. Portanto, é impossível separar essas questões da escola, pois fazem parte da vida dos estudantes.

### **Considerações Finais**

Conclui-se que a pesquisa alcançou seu objetivo de compreender como os neoconservadores têm agido para restringir os debates sobre gênero e sexualidade na educação, seja por meio de ações legislativas ou judiciais. Embora não esgote todas as possibilidades de debate, a pesquisa proporcionou insights significativos sobre os impactos na formação dos educandos, levando em conta as múltiplas questões interseccionais envolvidas.

Os dados obtidos evidenciam que a BNCC contribui para institucionalizar práticas de exclusão ao produzir o apagamento de identidades e práticas sociais que escapem à heteronormatividade. A escola deve ser um ambiente plural, em que os estudos de gênero, orientação sexual e sexualidade são integrados de forma transversal ao currículo, inclusive como medida de proteção às infâncias. É necessário transcender a abordagem biológica e anatômica do corpo, adotando práticas educacionais emancipatórias e dialógicas para promover o pensamento crítico e democrático. Embora tenham ocorrido avanços na luta contra as desigualdades educacionais, ainda há muito a ser combatido, especialmente contra ideologias neoconservadoras e neoliberais que atacam os direitos humanos e sociais. A sociedade precisa desconstruir paradigmas ultrapassados sobre estudos de gênero, criando um campo inclusivo para debater o binarismo de gênero e a formação de subjetividades.

Para isso, é fundamental compreender os mecanismos de avanço do neoliberalismo e neoconservadorismo na educação e na sociedade, promovendo reflexões por meio da pesquisa acadêmica, em sala de aula e nas interações cotidianas. A reconstrução da função social da escola por meio de políticas públicas adequadas e a integração da educação sexual são essenciais para promover a cidadania e a conscientização dos jovens como membros responsáveis e humanizados da sociedade.

Como bem diz Paulo Freire (2002), temos um chamado à resistência. Ensinar exige apreensão da realidade, exige compreender o contexto no qual se insere o campo da educação, exige que nos utilizemos de nossa prática pedagógica como meio de inserção a criticidade, a provocação, ao levantamento de hipóteses e intervenção no meio, com o objetivo de criar novos horizontes. A educação é diretiva e não se faz de forma individualizada, mas concerne numa ação dialógica. A humanidade se constrói historicamente e sem esperança não há história. Portanto, é no constante movimento de busca e aprendizado que se pode intervir na história, ao romper os obstáculos e transformar o futuro. Enquanto sujeitos atuantes e produtores de história, precisamos agir pela resignação e resistência ao pensamento ideológico dominante.

Em suma, mobilizar práticas de resistência constitui-se como um caminho fundamental não apenas contra o pensamento dominante, mas também contra discursos e práticas violentas que perpetuam o microfascismo, neoconservadorismo, neoliberalismo, sexismo, machismo, racismo e LGBTQIAPN+fobia. Essas formas de opressão estão enraizadas na sociedade, contribuindo para a perpetuação da desigualdade estrutural e de violências sistemáticas. Portanto, resistir a esses padrões significa desafiar as estruturas de poder que marginalizam e discriminam, com o objetivo de construir e ressignificar os espaços sociais para estabelecer ambientes inclusivos e equitativos. É um apelo à promoção da justiça social, solidariedade e transformação do *status quo*, reconhecendo a diversidade dos sujeitos sociais envolvidos.

## Referências

APPLE, Michael W.. **A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?** In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa, SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs). *Currículo, cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 71-106.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC/SEB, 2017.

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de: L'Analyse de Contenu.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics: the creation of mods and rockers**. London: MacGibbon and Kee, 1972.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

JIMENEZ, Rafael. “Tenho medo, esse era o objetivo deles” Esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. **Human Rights Watch**, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/49LPrYr>. Acesso em: 08 de Out de 2023.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

OL BRA 4/2017 - DOCUMENTO DAS RELATORIAS DA EACDH/ONU SOBRE ESCOLA SEM PARTIDO, treze de abril de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3w86vd5> . Acesso em 05 de Jan de 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”-Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Revista Direito e práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Conselho Nacional de Educação. **Minuta de parecer e projeto de resolução voto em pedido de vista**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3UqFGKL> Acesso em: 05 de Dez de 2023

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 725-748, 2017.

III – PEDIDO DE VISTAS DAS CONSELHEIRAS AURINA OLIVEIRA SANTANA, MALVINA TUTTMAN E MÁRCIA ANGELA AGUIAR. Disponível em: <https://bit.ly/3Jt3sj2> . Acesso em: 14 de Dez de 2023.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**. In.: RUBIN, Gayle. Políticas do Sexo. São Paulo: Ubu Editora, 2017

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010

TOKARNIA, Mariana. MEC retira termo "orientação sexual" da Base Curricular. **Agência Brasil**, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/49FSAZv>. Acesso em: 01 de Dez de 2023.